

GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CAMINHADO PARA UMA FORMAÇÃO CIDADÃ.

Ariana Santana da Silva, UFPE
Santana.ariana@hotmail.com

Luciana de Cassia Ferreira, UFPE
lucianadcassia@hotmail.com

Shenia Santos de França, UFPE
sheniasantospe@yahoo.com

Tícia Cassiany Ferro Cavalcante, UFPE
ticiaferro@hotmail.com

RESUMO:

A Educação é um direito fundamental na formação cidadã do ser humano. O ensinar e o aprender tomam proporções nunca antes vistas em uma sociedade que prima cada vez mais pelo conhecimento sistematizado advindo da escolarização. Entretanto, este direito tem sido sistematicamente negado a pessoas com deficiência. A luta pelo cumprimento deste direito, hoje assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, promove ações que possibilitam a permanência desses alunos nas salas de aula. Assim, este trabalho suscita uma discussão acerca da importância da gestão democrática para a realização de uma prática educacional inclusiva. Para isto, foi elaborado um plano de ação com a finalidade de realizar atividades que promovessem a conscientização para alguns aspectos relacionados à dimensão subjetiva das práticas educacionais no interior da escola. Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo analisar as repercussões das ações de promoção da sensibilização da prática inclusiva, corroborando com a inclusão de alunos com deficiência na escola. O caminho percorrido foi dividido em três momentos, 1) Despertando para inclusão, 2) Conversando sobre a inclusão, 3) Alfabetizando na diversidade. Concomitante a isto, fora realizada a avaliação formativa do projeto. Ressaltamos a importância da participação nesta pesquisa como forma de promover uma reflexão sobre elementos teóricos e práticos no que se refere à gestão democrática que visa à inclusão de pessoas com deficiência nas escolas.



Palavras-chaves: Inclusão, Gestão Democrática, Práticas Educativas Inclusivas.

ABSTRACT

Education is a basic right in one's development as a citizen. Moreover, teaching and learning take on a brand new significance in the current society, for it values the type of knowledge that is acquired in the school system more and more each day. However, this right has been constantly denied to people with special needs. The fight for guaranteeing this right, which is secured by Brazilian law ("Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", of 1996), promotes actions that allow for these students to be in school. That being said, this work brings about a discussion about the importance of a democratic management for an inclusive educational practice. Therefore, we have developed an action plan with activities that promote an understanding of some aspects related to the subjective dimension of educational practices in school. In this way, this search it has the objective of analyzing the repercussion of the acts of promotion and sensibilization of inclusive practices integrating the students with disabilities in the school. Our work was divided into three moments: 1) Becoming aware of inclusion; 2) Talking about inclusion; 3) Teaching literacy within diversity. At the same time, we have made a formative evaluation of the project. We have emphasized the importance of participation in this research as a way to promote a reflection upon the theoretical and practical elements which concern the democratic management that esteems the inclusion of the disabled in school.

Key-words: Inclusion, Democratic management, Inclusive Educational Practices.

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi resultado da diagnose realizada durante o mês de abril de 2014 em uma Escola Municipal da Rede de Ensino de Jaboatão dos Guararapes-PE, objetivando analisar as repercussões das ações de promoção da sensibilização da prática inclusiva, corroborando com os princípios da gestão democrática, a participação de todos no compromisso de formação de cidadãos autônomos.



A escola é uma instituição social que, como parte da sociedade, nem salva, nem reproduz apenas, mas que mantém uma relação dialética com as demandas sociais e suas finalidades. A educação inclusiva passa a fazer parte deste cenário de conflitos políticos através da legislação, mas se “corporifica” por meio das práticas pedagógicas promovidas pela comunidade escolar.

Neste sentido, a gestão democrática comprometida com a inclusão educacional das pessoas com deficiência, tem por função convocar todos os que compõem o corpo escolar para promoverem a transformação das práticas educativas, uma vez que a educação inclusiva exige bem mais que uma mudança na perspectiva legal. Sendo assim, convém levarmos em consideração os princípios da participação e da autonomia, que por sua vez, orientam a prática pedagógica. De acordo com Cerqueira e Freitas (1999), a gestão participativa é aquela que envolve toda a comunidade interna e externa da escola, tendo em vista a melhoria do processo pedagógico. Dessa forma,

ao estimular a participação de todos os segmentos, a escola está potencializando a sua ação pedagógica, assumindo a articulação das responsabilidades de cada sujeito para o sucesso da aprendizagem. Ao mesmo tempo em que gerencia a produção do conhecimento, a escola estabelece, educativamente, os diversos papéis (do professor, do funcionário, do aluno e da família, como sujeitos com ações de natureza distintas, mas com contribuições indispensáveis ao sucesso escolar (AZEVEDO, 1999, p. 317).

Portanto, este trabalho justificou-se pelo fato de estar lidando com questões já previstas e exigidas através da legislação brasileira e pela possibilidade de ampliar por meio da gestão democrática o processo de inclusão que já vem sendo desenvolvido pela escola apresentada, tendo em vista o atendimento de qualidade aos educandos e a sua formação como sujeitos críticos e autônomos.

Neste sentido, a atual LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - assegura a pessoa com deficiência o direito a educação, um marco importante na



história das lutas dos movimentos sociais, que veem na inserção desses sujeitos na escola uma possibilidade de mudança da infraestrutura social, no que diz respeito, sobretudo, a formação de identidade desses indivíduos, sua autoestima, autonomia e empoderamento social¹. A escola é o principal espaço de interação social; responsável não apenas pelas passagens dos saberes técnicos e universais, mas, sobretudo, por uma formação cidadã que reconhece, respeita e valoriza a diferença.

Entretanto, compreendemos que as mudanças estruturais de determinado sistema, em específico o sistema educacional, não podem acontecer apenas por vias legais, é preciso que a comunidade escolar compreenda e acolha a necessidade de tal mudança, pois só a partir da incorporação desses valores é que se pode considerar a possibilidade de transformação do sistema educacional. Essa ação deverá se dar mediante efetiva participação de todos os sujeitos que formam a comunidade escolar, legitimando, assim, a gestão democrática.

Vale ressaltar que a democratização da gestão escolar se dá por meio de uma relação de dialogicidade - compreendido aqui como um movimento que representa a abertura/flexibilidade de todos envolvidos na construção de um ambiente cada vez mais democrático – entre todos os segmentos que formam a comunidade escolar, tomando por princípios a descentralização na tomada de decisão e, em consequência, o estímulo à participação destes na formação/concretização de uma gestão democrática.

Desta forma, podemos afirmar que uma efetiva gestão democrática deve ter por princípio a formação de sujeitos cada vez mais autônomos, no sentido de poder exercer a cidadania de forma mais independente possível. Com efeito, no que diz respeito à promoção desta autonomia nos sujeitos com deficiência não basta que a escola apenas

¹ “Significa o processo pelo qual uma pessoa, ou um grupo de pessoas, usa o seu poder pessoal inerente a sua condição – por exemplo: deficiência, gênero, idade, cor – para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo assim o controle de sua vida.” (SASSAKI, 1995b *apud* SASSAKI, 2006, 37)

faça adaptações nos seus espaços físicos, é necessário que equipe escolar reflita sobre a importância das adaptações também no planejamento pedagógico, garantindo que todos tenham uma aprendizagem significativa; discuta sobre a importância de manter um bom relacionamento com a família, o que possibilitará que as conquistas alcançadas pela escola não perca o valor fora dela e valorize a cultura, a história e a experiência dos educando, respeitando a sua individualidade e o seu tempo de aprendizagem.

METODOLOGIA

A presente intervenção contribui para o processo de inclusão de alunos com deficiência, ao sensibilizar a comunidade escolar para a possibilidade de sua concretização e promoção de ações de sensibilização de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar para o acolhimento da pessoa com deficiência, a fim de possibilitar o desenvolvimento de práticas inclusivas.

Assim, este projeto foi composto por três etapas de intervenção e avaliações formativas realizadas durante o processo/intervenção. As etapas da intervenção consistiram em: 1) *Despertando para inclusão*: Roda de leitura com o livro ‘Na minha escola todo mundo é igual’ da escritora Rossana Ramos, ilustrações de Priscila Sanson – Essa atividade é composta de três momentos, a saber; Exploração da temática; Leitura do texto; Extrapolação do texto. 2) *Conversando sobre a inclusão*: Palestra realizada pelas Prof.^{as} Dr.^{as} Tícia Cavalcante e Sandra Ferreira, ambas vinculadas ao Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Para atender as solicitações da gestora da escola e da coordenadora da Sala de Atendimento Educacional Especializado – SAEE. 3) *Alfabetizando na diversidade*: Realização de dinâmicas e jogos didáticos que possibilitem a aprendizagem das regras do nosso sistema de escrita alfabético de forma lúdica e motivante.

A avaliação apareceu como uma ferramenta indispensável para a compreensão do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para que a nós analisemos o desenvolvimento das atividades planejadas, possibilitando uma melhor adequação entre o que fora planejado e o processo de envolvimento e aprendizagem demonstrado pelo nosso público. Assim, a avaliação manteve uma relação bidirecional entre o que se pretendia obter como resultado e quais as metodologias mais adequadas para alcançar os seus objetivos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como supra-referido o presente planejamento realizou-se em três distintos momentos com o objetivo de sensibilizar os diversos sujeitos da comunidade escolar para uma prática inclusiva da pessoa com deficiência. Para a sua execução contamos com a colaboração da gestora escolar, da professora da SAEE, dos professores de sala de aula comum, assim como das estagiárias da escola.

A primeira etapa foi intitulada “Despertando para a inclusão” e teve como objetivo sensibilizar os educandos para reconhecimento e a aceitação da diferença em si e no outro, especificamente, no que se refere às deficiências, intelectuais, sensoriais, físicas e motoras. O público alvo foi 22 alunos do 3º ano C, sendo um deles com Síndrome de Down. Assim, os discentes foram convidados a participarem de uma roda de leitura do livro “Na minha escola todo mundo é igual” de autoria de Rossana Ramos e ilustrações de Priscila Sanson que discute este tema de forma poética a partir do uso de figuras aliterais e ricas ilustrações.

A realização da roda foi baseada nas orientações do escritor Caio Riter², fazendo-se de quatro momentos, a motivação – diálogo sobre diferenças e semelhanças e análise da capa principal e da quarta capa do livro, motivando os estudantes para a leitura. A

² RITER, Caio. *A formação do leitor literário em casa e na escola*. São Paulo: Biruta, 2009.



leitura – foi realizada com frequentes pausas para apreciação das ilustrações e realização de perguntas de previsão. A exploração - a pós o momento de leitura foi realizado perguntas, literais, inferenciais e subjetivas com propósito de assegurar um diálogo entre o livro, seus leitores. Por fim, foi feito a extrapolação da roda de leitura por meio da confecção de dois murais da inclusão. Durante toda a execução dessa etapa o professor esteve presente na sala, contribuindo para a execução da mesma de forma bastante positiva.

A segunda etapa do plano de ação recebeu o nome de “Conversando sobre a inclusão” objetivando a promoção de um diálogo com a comunidade escolar, gestoras, coordenadoras, professores, pais e alunos sobre a importância de criação de metodologias pedagógicas que possibilite a inclusão dos alunos com deficiência e foi realizada em dois dias. O primeiro foi realizado na manhã do dia 08 de julho do decorrente ano pela prof.^a Dr.^a Tícia Cavalcante, docente do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Esta por sua vez, iniciou o seu diálogo agradecendo a participação do público e falando sobre a importância da parceria Escola-Universidade, durante as duas horas reservadas para esse diálogo procurou apresentar para o público algumas ferramentas de comunicação alternativa, de baixo ou alto custo, que contribui para processo de aprendizagem de sujeitos com deficiência motora e/ou intelectual em qualquer que seja área do conhecimento.

A segunda palestra ocorreu no dia 15 de julho deste ano, no turno da noite. Esta foi realizada pela prof.^a Dr.^a Sandra Ataíde também docente do Centro de Educação. Esta por sua vez procurou iniciar a “conversa” por meio do poema Aniversário de Álvaro de Campos³ que trata com muita delicadeza o tempo que era feliz por ser aceito por aqueles que o cercava. A partir das inquietações despertadas na platéia a palestrante foi aos poucos entrando em um assunto que ainda gera muitas inquietações, a inclusão

³ Um dos heterónimos mais famosos de Fernando Pessoa.

educacional, e foi apresentando seus argumentos por meio das falas dos atores que se faziam presente naquela discussão, as pessoas com deficiência, especificamente, os deficientes visual⁴.

Com efeito, avaliamos que este foi um momento bastante rico e proveitoso, uma vez que possibilitou a criação de clima bastante acolhedor as angústias trazidas por aqueles que fazem a linha de frente do nosso sistema educacional e são diariamente alvos dos debates, pesquisas e até estatísticas, os professores. Vale ressaltar, que a pedagógica terminou por ser o centro dos discursos inferidos durante o andamento da mesma, isto se explica pelo fato dos professores serem maioria dentro deste nos dois momentos da “Conversa sobre a inclusão”.

A terceira etapa recebeu o nome “Alfabetizando na diversidade” e objetivou quebrar o preconceito sobre a impossibilidade de aprendizagem por parte dos alunos com deficiência, tendo como público alvo o professor do 3^a ano C. Assim, foi realizado um planejamento com dinâmicas e jogos didáticos confeccionados com materiais de baixo custo com foco na alfabetização, especificamente, na aprendizagem das regras do Sistema de Escrita Alfabético - SAE, sobretudo, no que diz respeito a formação da consciência fonológica⁵, pois o professor da turma havia nos informando que mais de 50% do seu alunado ainda estava no estágio silábico, ou seja, ainda estavam começando a fazer relação grafia-fonema e o aluno com Síndrome de Down estava na fase pré-silábico de qualidade, apenas reconhecia a algumas regras de convenção do SEA. As dinâmicas e jogos realizados poderão ser verificados no plano de ação que está anexado neste relatório.

⁴ A professora fez uso dos resultados da pesquisa intitulada “O aluno cego: preconceito e potencialidade”. Realizada por Sylvia Nunes e José Fernando Lomônaco, 2010.

⁵ Ler FERREIRO, Emilia e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Artmed Editora. Porto Alegre. 1999.

Nesta etapa não tivemos êxito, dois aspectos são importantes para compreensão do “fracasso” deste momento, são eles: i) o aluno com Síndrome de Down faltou – a ausência constante do aluno acarreta em um grande prejuízo a sua aprendizagem, uma vez que não há continuidade no trabalho – e ii) o professor aproveitou a nossa presença na sala de aula para atualizar a caderneta. A falta do discente prejudicou a visualização dos efeitos que a diversificação do uso de matérias didáticos, bem como das próprias práticas pedagógicas causam na melhoria do processo de aprendizagem. E o fato do professor não aproveitar o tempo para se permitir refletir sobre outras formas de ensino-aprendizagem revela, uma visão meramente tecnicista do trabalho executado por este em sua prática diária. No entanto, vemos, também, que a prática do docente está respalda pela sobrecarga de responsabilidade que vem sendo cada dia mais “despejada” no professorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como sabemos, a educação formal é um processo de formação humana que tem por meta promover o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos que frequentam a escola. Coerente com esse pressuposto, a gestão escolar deve ter como objetivo promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, voltadas para a promoção efetiva da aprendizagem de todos os seus alunos e dando-lhes ferramentas para enfrentar os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento.

Foi neste sentido, que procuramos, com apoio da comunidade escolar, promover ações que garantissem o bom funcionamento de cada um dos espaços de aprendizagem, especificamente, a sala de aula. Focando em práticas pedagógicas que pudessem garantir a todos os discentes o direito a aprendizagem, sobretudo, aqueles com alguma deficiência. Procurando integrar e estimular todos os membros da comunidade escolar

para o reconhecimento e o respeito à diferença que justifica-se não apenas pelos fatores legais, como também por fatores éticos, uma vez que enquanto profissionais da educação temos o compromisso de desenvolver ações que possibilite a equidade de condições de desenvolvimento intelectual, social e afetivo de todos aqueles que têm o direito a educação assegurando pelas leis que regulamentam o modo de organização da sociedade em que nascera.

Por fim, consideramos que a experiência de vivenciar durante a disciplina um diálogo entre os elementos teóricos e práticos dos aspectos que se refere à gestão democrática um momento, sem dúvida, importantíssimo para a nossa formação enquanto pedagogos/as, sobretudo, em relação a presenciar problemas da realidade conflituosa. Estar no espaço escolar é aprender a lidar com a diferença que está de forma muito mais ampla na sociedade, preparando-nos para o enfrentamento de tal realidade.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, José Clóvis. Escola cidadã: construção coletiva e participação popular. In: SILVA, Luis Heron (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. 3ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CERQUEIRA, Doralice Marques de Araújo; FREITAS, Kátia Siqueira. Gestão da escola pública: uma análise da prática. In: **Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação**. Brasília. Vol. 15, No. 2, jul/dez. 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 19ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SILVA, Janssen Felipe. **Avaliação na perspectiva formativa-reguladora: Pressupostos teóricos e práticos**. Porto Alegre, Mediação, 2010.